



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**EIXO RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS, POVOS INDÍGENAS, POPULAÇÃO
NEGRA, COMUNIDADES TRADICIONAIS E POLÍTICAS SOCIAIS**

**O Pensamento Conservador e Neoconservador no contexto do
reacionarismo e da Xenofobia na Atualidade.**

Willian Gabriel Marques Barroso¹
Elson Avles de Lima²

Resumo: O presente artigo analisa a relação entre pensamento conservador, neoconservadorismo, reacionarismo e xenofobia na contemporaneidade. O problema de pesquisa consiste em compreender de que forma essas correntes ideológicas contribuem para a disseminação de discursos excludentes direcionados principalmente aos pobres, estrangeiros e imigrantes. O objetivo é analisar como esses discursos se articulam no contexto atual e quais são seus impactos sociais. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, baseada em análise teórica de obras e artigos científicos. Os resultados indicam que tais correntes contribuem para a naturalização das desigualdades, para a construção de inimigos sociais e para o enfraquecimento de valores democráticos.

Palavras-chave: Conservadorismo; Neoconservadorismo; Reacionarismo; Xenofobia; Democracia.

Abstract: This article analyzes the relationship between conservative thought, neoconservatism, reactionism and xenophobia in contemporary society. The research problem seeks to understand how these ideological currents contribute to the spread of exclusionary discourses directed mainly at the poor, foreigners and immigrants. The objective is to analyze how these discourses are articulated in the current context and their social impacts. The research adopts a qualitative approach, with an exploratory and bibliographic character, based on theoretical analysis of books and scientific articles. The results indicate that these currents contribute to the naturalization of social inequalities, the construction of social enemies and the weakening of democratic values.

Keywords: Conservatism; Neoconservatism; Reactionism; Xenophobia; Democracy.

¹Discente do curso de Serviço Social, UNESPAR — Campus de Apucarana, orientando, williangmartinsmarques@gmail.com.

²Docente, UNESPAR — Campus de Apucarana, orientador, e-mail: elson.lima@unespar.edu.br.



INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, observa-se o fortalecimento de discursos conservadores e neoconservadores em diferentes contextos sociais e políticos, tanto no Brasil quanto em âmbito internacional. Tais correntes de pensamento têm se expressado de maneira articulada ao reacionarismo, assumindo posições contrárias a avanços sociais e à ampliação de direitos, além de reforçar práticas e discursos xenofóbicos.

O conservadorismo, historicamente presente na organização das sociedades, adquire novas configurações na contemporaneidade, especialmente por meio do neoconservadorismo, que se apresenta como resposta às crises econômicas, políticas e culturais. Nesse cenário, ideias que defendem a manutenção da ordem social vigente, a criminalização das diferenças e a rejeição ao “outro” ganham força, contribuindo para a naturalização das desigualdades e para o enfraquecimento de valores democráticos.

Diante disso, torna-se relevante analisar o pensamento conservador e neoconservador no contexto do reacionarismo e da xenofobia na contemporaneidade, buscando compreender suas principais características, manifestações e implicações para a sociedade atual. Assim, o presente artigo tem como objetivo compreender em que medida o pensamento conservador e neoconservador contribui para a disseminação do reacionarismo e da xenofobia contra os mais pobres, estrangeiros ou imigrantes, buscando analisar como esses discursos e práticas se expressam na contemporaneidade e quais são seus impactos na vida social e na garantia de direitos.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico. O método de investigação social utilizado consistiu na análise crítica de produções teóricas que discutem o conservadorismo, o neoconservadorismo, o reacionarismo e a xenofobia, buscando compreender como esses conceitos se articulam no contexto social contemporâneo. Como técnicas de pesquisa, foram utilizados levantamento bibliográfico, leitura analítica e fichamento de obras e artigos científicos relevantes para o tema, permitindo a sistematização das principais contribuições teóricas sobre a temática.

A relevância desta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender os impactos do fortalecimento de discursos conservadores e reacionários na sociedade atual, especialmente no



que se refere às formas de exclusão e violência direcionadas a grupos socialmente vulnerabilizados. Além disso, o estudo contribui para o aprofundamento do debate acadêmico sobre o tema, ampliando reflexões importantes para a produção de conhecimento no campo das ciências sociais e do Serviço Social. No âmbito da formação pessoal e profissional do pesquisador, a investigação possibilita o desenvolvimento de uma análise crítica sobre a realidade social, aspecto fundamental para a atuação ética e comprometida com a defesa dos direitos humanos e com o enfrentamento das desigualdades sociais.

CAPÍTULO 1 - PENSAMENTO CONSERVADOR

Antes de avançarmos propriamente análise do objetivo central deste artigo, torna-se necessário delimitar o campo conceitual no qual a discussão se insere, isto é, compreender os principais conceitos mobilizados e a forma como eles se articulam entre si. Nesse sentido, parte-se do pensamento conservador, entendido não como uma ideologia homogênea ou estática, mas como uma posição política historicamente situada e relacional. Conforme destacam Velasco e Cruz (2015), direita e esquerda constituem categorias analíticas que ganham sentido a partir de sua oposição mútua, sendo a direita — onde se insere o conservadorismo — caracterizada, sobretudo, pela resistência a projetos de transformação social. Assim, o pensamento conservador tende a se estruturar em torno da defesa da ordem social existente, da tradição, da hierarquia e da autoridade, operando como força de contenção diante de processos que buscam ampliar a igualdade, os direitos sociais e o pluralismo democrático.

Essa postura frente à desigualdade constitui um eixo central do pensamento conservador. Dialogando com Norberto Bobbio, Velasco e Cruz (2015) apontam que a distinção fundamental entre direita e esquerda reside exatamente na atitude diante da igualdade enquanto a esquerda a toma como valor normativo e objetivo político; a direita a relativiza ou a rejeita, tratando-a como ameaça à ordem social. Assim, o conservadorismo não se define apenas pela defesa da tradição, mas pela preservação ativa das estruturas sociais existentes, sobretudo quando estas são tensionadas por demandas populares ou avanços democráticos.

No contexto brasileiro, o conservadorismo assume características específicas que o diferenciam de suas expressões europeias clássicas. Georg Wink (2023) demonstra que a chamada “Nova Direita” brasileira não representa uma ruptura, mas sim uma continuidade histórica de tradições conservadoras antigas, que atravessam o Império, a República, a Ditadura Militar e a redemocratização. Segundo o autor, trata-se de uma direita que “recusa à



modernização social”, utilizando uma linguagem atualizada para defender valores profundamente tradicionais, hierárquicos e excludentes (Wink, 2023 p. 91). Dessa forma, a ideia de novidade funciona mais como estratégia discursiva do que como realidade histórica.

Um elemento central desse conservadorismo brasileiro é a religião, especialmente em suas formas e fundamentalistas. Wink (2023) evidencia que a religião não aparece como elemento secundário, mas como fundamento ideológico da Nova Direita, legitimando a defesa da hierarquia social, a rejeição ao Estado laico e a oposição a direitos ligados à diversidade de gênero, sexualidade e raça. A noção de uma “lei divina” superior às leis humanas opera como justificativa moral para limitar direitos e enfraquecer princípios democráticos, revelando o caráter profundamente antiplural do conservadorismo contemporâneo no Brasil.

Essa dimensão antiplural também é analisada por Umberto Eco, ao discutir a intolerância como fenômeno social. Para o autor, a intolerância não nasce, necessariamente, de doutrinas sistematizadas, mas de reações emocionais primárias, ligadas ao medo do diferente (Eco, 2020). Esse argumento é fundamental para compreender por que o conservadorismo encontra terreno fértil em contextos de crise diante de transformações rápidas — como migrações, multiculturalismo e ampliação de direitos —, o conservadorismo mobiliza afetos como medo, ressentimento e insegurança, convertendo-os em discurso político. Como afirma Eco (2020, p.32), “a intolerância mais perigosa é aquela que nasce antes de qualquer teoria”, o que explica sua resistência a argumentos racionais e científicos.

O conservadorismo pode assumir a forma do reacionarismo, conceito que Jorge Chaloub (2022) diferencia cuidadosamente do conservadorismo clássico. Enquanto o conservador desconfia do progresso e defende mudanças graduais filtradas pela tradição, o reacionário enxerga o presente como uma catástrofe moral e civilizatória, defendendo rupturas autoritárias para restaurar um passado idealizado (Chaloub, 2022). No Brasil, essa distinção tende a se diluir, uma vez que o conservadorismo historicamente busca soluções autoritárias, aproximando-se do reacionarismo sempre que a democracia ameaça interesses estabelecidos.

Essa dinâmica se expressa de forma clara no que Christian Lynch e Paulo Cassimiro (2021) definem como populismo reacionário. Para os autores, o bolsonarismo representa uma forma radical de populismo de direita, que combina liderança carismática, discurso moralista e ataque sistemático às instituições democráticas (Lynch; Cassimiro, 2021, p.189). O “povo” é concebido como homogêneo e moralmente puro, enquanto adversários políticos, minorias, imprensa e universidades são classificados como inimigos internos, responsáveis pela suposta decadência nacional. Essa lógica binária destrói o pluralismo, elemento central da democracia liberal.

Lynch e Cassimiro (2021, p.24) afirmam que o populismo reacionário não busca resolver a



crise democrática, mas se alimenta dela. Segundo os autores, ele “vive da instabilidade, da produção permanente de inimigos e da intensificação do conflito”, razão pela qual é caracterizado como um “parasita da crise democrática”. Essa formulação é essencial para compreender por que tais movimentos não apresentam projetos consistentes de governo sua força política reside menos na construção institucional e mais na mobilização afetiva contínua do conflito.

A análise de Flávio Casimiro (2020) aprofunda a discussão ao demonstrar que o conservadorismo e a extrema-direita não surgem à margem do sistema capitalista, mas articulados a ele. Inspirado em Gramsci, o autor mostra que a burguesia investe na produção de consenso por meio de aparelhos privados de hegemonia — mídia, think tanks, fundações, igrejas — difundindo valores como meritocracia, individualismo e anticomunismo (Casimiro, 2020). Nesse contexto, o conservadorismo moral combina o liberalismo econômico, formando um projeto que aceita o autoritarismo político como custo aceitável para a manutenção da ordem capitalista.

Assim, longe de ser antissistêmico, o conservadorismo contemporâneo atua como mecanismo de defesa do próprio sistema, mesmo que isso implique o enfraquecimento da democracia liberal. Como afirma Casimiro (2020, p.154), a extrema-direita funciona como uma saída autoritária da burguesia diante da crise, revelando que democracia e direitos se tornam secundários quando entram em choque com os interesses do capital.

Pensamento conservador, especialmente em sua forma contemporânea no Brasil, caracteriza-se pela defesa da tradição, da hierarquia e da autoridade, pela naturalização das desigualdades sociais, pela rejeição ao pluralismo e à ampliação de direitos, pela forte articulação com a religião e pela disposição aceitar soluções autoritárias em contextos de crise. Ao combinar com o populismo reacionário e com o neoliberalismo, o conservadorismo deixa de ser apenas uma visão cautelosa sobre a mudança e passa a se constituir como força ativa de regressão democrática, representando um desafio central para os projetos de emancipação social e para o projeto ético-político do Serviço Social.

CAPÍTULO 2 - PENSAMENTO NEOCONSERVADOR

O pensamento neoconservador contemporâneo deve ser compreendido como uma formação ideológica complexa, que emerge em contextos de crise estrutural da democracia liberal e do capitalismo neoliberal, articulando conservadorismo moral, autoritarismo político e liberalismo econômico radical. Longe de representar uma ruptura com o passado, o neoconservadorismo constitui, como indicam diversos autores, uma reorganização moderna de tradições



conservadoras e reacionárias, que se reatualizam diante de avanços sociais, pluralização cultural e ampliação de direitos.

Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro (2021) situam a ascensão do populismo reacionário — principal expressão política do neoconservadorismo atual — no esgotamento do modelo democrático liberal, intensificado pela globalização neoliberal, pela crise econômica de 2008 e pelo descrédito das instituições representativas. Nesse cenário, o populismo reacionário surge como uma resposta à crise de representação, mas não no sentido de aprofundar a democracia; ao contrário, ele a instrumentaliza. Como afirmam os autores, trata-se de um fenômeno que “se alimenta da crise da democracia, mas não oferece uma solução para ela”, funcionando como um mecanismo de exploração permanente do conflito (Lynch, Cassimiro, 2021).

Essa característica central para compreender o neoconservadorismo não visa estabilidade institucional, mas a manutenção de um estado constante de tensão política, moral e simbólica. A democracia liberal, o pluralismo e os direitos humanos não são vistos como conquistas históricas, mas como sinais de decadência moral e civilizatória. Por isso, o populismo reacionário constrói uma narrativa na qual a sociedade estaria corrompida por elites progressistas, minorias políticas e instituições desconectadas do povo, o “antipovo” (Lynch, Cassimiro, 2021, p. 22).

Lynch e Cassimiro (2021) demonstram que o “povo” invocado pelo neoconservadorismo é uma construção ideológica um povo homogêneo, moralmente puro e tradicional, em oposição a um “antipovo”, composto por movimentos sociais, universidades, imprensa, partidos de esquerda e defensores de direitos. Essa divisão maniqueísta é constitutiva do populismo reacionário, pois “o conflito não é um efeito colateral, mas o próprio motor de sua ação política” (Lynch, Cassimiro, 2021, p. 226).

A análise de Georg Wink (2023) aprofunda essa compreensão ao mostrar que a chamada “Nova Direita” brasileira não é, de fato, nova. Para o autor, há uma continuidade histórica do conservadorismo no Brasil, que atravessa diferentes períodos e se manifesta como reação a projetos de transformação social. Wink (2023) afirma que essa direita reaparece sempre que reformas sociais ou avanços democráticos ameaçam a ordem social estabelecida, recorrendo a discursos morais e religiosos para legitimar hierarquias (Wink, 2023, p. 17).

Sebastião Velasco e Cruz (2015) contribui para a análise ao tratar a direita como uma categoria histórica e relacional, cuja marca central está na posição frente à igualdade. Inspirando-se em Norberto Bobbio, o autor aponta que a direita tende a considerar as desigualdades como naturais, legítimas ou inevitáveis, enquanto a esquerda as vê como injustas e passíveis de correção. Nesse sentido, o pensamento neoconservador se insere claramente no campo das forças que resistem a projetos de transformação social voltados à redução das



desigualdades (Velasco e Cruz, 2015, p. 118).

Essa resistência, no entanto, não se dá apenas no plano moral ou cultural, mas também no plano econômico e institucional. Flávio Casimiro (2020) demonstra que a ascensão das direitas no Brasil está diretamente vinculada a uma reorganização consciente da burguesia, que passa a investir pesadamente na disputa ideológica e na construção de consenso. Dialogando com Gramsci, o autor mostra que a hegemonia burguesa se sustenta por meio de aparelhos privados de hegemonia que difundem valores como meritocracia, individualismo e naturalização do mercado.

Nesse contexto, a extrema-direita e o neoconservadorismo surgem como instrumentos de defesa da ordem capitalista em momentos de crise. Assim, o neoconservadorismo combina liberalismo econômico radical — cortes sociais, privatizações, Estado mínimo — com conservadorismo moral e autoritarismo político.

A dimensão cultural e subjetiva desse processo é analisada por Umberto Eco (2020), que fornece uma chave fundamental para entender a base emocional do neoconservadorismo. Para Eco, a intolerância que sustenta esses movimentos não nasce necessariamente de doutrinas elaboradas, mas de uma reação primária ao diferente. Segundo o autor, “a intolerância mais perigosa é aquela que precede qualquer teoria ou ideologia”, pois se enraíza no medo, na insegurança e na rejeição da diversidade (Eco, 2020, p. 24). Essa intolerância é facilmente mobilizada por discursos simplificadores, que transformam fenômenos complexos — como migração, pluralismo cultural e crise econômica — em ameaças morais.

Essa lógica também está presente no pensamento de Olavo de Carvalho, analisado por Jorge Chaloub. O autor demonstra que ocupa um lugar ambíguo entre conservadorismo e reacionarismo. Enquanto o conservador clássico desconfia do progresso, mas aceita a historicidade, o reacionário vê o presente como uma catástrofe absoluta. Chaloub (2022) afirma que o reacionarismo idealiza um passado perdido e defende rupturas radicais para restaurá-lo, rejeitando os fundamentos da modernidade democrática (Chaloub, 2022, p. 83). Essa postura explica o conspiracionismo, a guerra cultural e o ataque sistemático às instituições presentes no neoconservadorismo contemporâneo.

Renato Nunes Bittencourt (2017) enfatiza que o avanço do reacionarismo representa uma ameaça estrutural à democracia, pois normaliza discursos violentos, autoritários e excludentes, ao mesmo tempo em que esvazia a política de seu conteúdo emancipatório. Para o autor, a democracia liberal já é limitada e subordinada ao capital, mas o reacionarismo aprofunda essa limitação ao transformar o medo, o ódio e a ignorância em instrumentos de poder. Como afirma Bittencourt (2017), o reacionarismo se sustenta na figura do “homem-massa”, acrítico e conformista, que defende a ordem mesmo quando ela o oprime (Bittencourt, 2017).



Dessa forma, o pensamento neoconservador contemporâneo pode ser definido como uma ideologia reativa, autoritária e antipluralista, que emerge das crises do capitalismo e da democracia liberal para conter avanços sociais, restaurar hierarquias e proteger interesses de classe. Ele se apresenta como defesa da ordem, da moral e do povo, mas, na prática, atua como um parasita da crise democrática, dependente do conflito permanente, da produção de inimigos e da deslegitimação da igualdade, dos direitos humanos e da própria democracia.

CAPÍTULO 3 - REACIONARISMO

O reacionarismo pode ser definido como uma posição político-ideológica que se estrutura a partir da negação do presente histórico e da recusa das transformações sociais associadas à modernidade, à democracia e à ampliação de direitos. Diferentemente do conservadorismo, que admite mudanças graduais e busca preservar instituições adaptando-as ao tempo histórico, o reacionarismo interpreta o presente como um estado de decadência profunda, moral e civilizacional, o que legitima propostas de ruptura autoritária e de restauração de uma ordem passada idealizada.

Jorge Chaloub (2022, p. 81), o traço distintivo do reacionarismo é a percepção de que o presente constitui uma “catástrofe” histórica, diante da qual não cabem reformas graduais, mas sim uma reação radical orientada pela nostalgia de um passado considerado legítimo, harmônico e moralmente superior. Nesse sentido, o reacionarismo não se limita a desconfiar do progresso, mas nega a própria legitimidade do mundo moderno, rejeitando valores como pluralismo, direitos humanos e diversidade social.

Essa rejeição ao presente se traduz politicamente na defesa de hierarquias sociais rígidas, na naturalização das desigualdades e na oposição sistemática a projetos igualitários. Conforme observa Sebastião Velasco e Cruz (2015), a direita — especialmente em sua vertente reacionária — define-se historicamente pela resistência a iniciativas de transformação social e pela recusa da igualdade como valor normativo central da vida política. Assim, o reacionarismo não apenas aceita desigualdades, mas as considera necessárias à manutenção da ordem social.

No contexto contemporâneo, o reacionarismo ganha nova força ao se articular com formas específicas de populismo de direita. Christian Lynch e Paulo Cassimiro (2021, p. 226) demonstram que o chamado populismo reacionário constrói uma narrativa na qual o “povo verdadeiro” é apresentado como homogêneo, moralmente puro e ameaçado por inimigos internos — como minorias, movimentos sociais, intelectuais e instituições democráticas. Essa operação simbólica



transforma conflitos sociais complexos em uma luta moral entre “nós” e “eles”, justificando práticas autoritárias em nome da salvação da nação.

Os autores argumentam que esse tipo de reacionarismo não busca fortalecer a democracia, mas se alimenta de sua crise, funcionando como um mecanismo que intensifica a instabilidade institucional. Ao afirmar que o populismo reacionário “vive da crise democrática”, Lynch e Cassimiro (2021, p. 226) evidenciam que o reacionarismo não apresenta um projeto construtivo de sociedade, mas depende da produção permanente de conflitos e inimigos para manter sua base mobilizada.

Além disso, o reacionarismo contemporâneo se sustenta por meio de uma intensa disputa ideológica e cultural. Flávio Casimiro (2020), a partir de uma leitura gramsciana, demonstra que a ascensão das direitas reacionárias no Brasil não é espontânea, mas resultado de uma reorganização consciente das elites econômicas, que passam a apoiar projetos autoritários quando a democracia liberal deixa de garantir seus interesses. Nesse quadro, a democracia torna-se instrumental e descartável, sendo aceita apenas enquanto não ameaça a reprodução das desigualdades estruturais.

O ponto de vista cultural e subjetivo, o reacionarismo se manifesta fortemente por meio da intolerância e da xenofobia. Umberto Eco (2020) contribui para essa compreensão ao afirmar que a intolerância mais perigosa não nasce de doutrinas elaboradas, mas de impulsos emocionais primários, como o medo do diferente. Esse medo é facilmente mobilizado por discursos reacionários, que associam estrangeiros, pobres e minorias à desordem social, à criminalidade e à decadência moral.

Dessa forma, o reacionarismo opera simultaneamente no plano político, econômico e simbólico. Ele rejeita a modernidade, combate a igualdade, questiona a democracia plural e mobiliza afetos negativos para sustentar projetos autoritários. Longe de representar uma alternativa emancipatória, o reacionarismo constitui uma força regressiva que ameaça direitos sociais, enfraquece instituições democráticas e bloqueia possibilidades de transformação social, tornando-se um dos principais obstáculos à construção de sociedades mais justas e inclusivas.

CAPÍTULO 4 - XENOFOBIA

A xenofobia não pode ser compreendida apenas como um sentimento individual de rejeição ao estrangeiro, ao imigrante ou ao “outro cultural”. Trata-se de um fenômeno socialmente



produzido, historicamente situado e politicamente instrumentalizado, que se intensifica em contextos de crise econômica, instabilidade institucional e enfraquecimento da democracia. Nesse sentido, a xenofobia opera como uma forma específica de intolerância que transforma diferenças culturais, étnicas ou nacionais em ameaças morais, econômicas e simbólicas.

Umberto Eco (2020) oferece uma contribuição fundamental ao demonstrar que a xenofobia se enraíza em uma intolerância anterior à razão e à formulação ideológica sistematizada. Para o autor, existe uma intolerância “selvagem”, baseada no medo do diferente, que não nasce de doutrinas elaboradas, mas de impulsos emocionais profundos, o que explica por que a xenofobia se manifesta de forma espontânea no cotidiano, especialmente por meio de generalizações e estigmatizações dirigidas a grupos inteiros a partir de comportamentos isolados.

Essa dimensão emocional da xenofobia, no entanto, não a torna apolítica. Ao contrário, ela se converte em instrumento político central quando articulada por discursos conservadores e reacionários. No contexto do populismo reacionário, analisado por Christian Lynch e Paulo Cassimiro (2021), a xenofobia cumpre a função de delimitar fronteiras morais rígidas entre quem pertence ao “povo verdadeiro” e quem deve ser excluído. O estrangeiro, o imigrante e, frequentemente, o pobre passam a ser associados à desordem, à criminalidade e à decadência moral, integrando o campo do “antipovo” (Lynch; Cassimiro, 2021, p. 224).

Segundo Lynch e Cassimiro (2021), o populismo reacionário depende da criação permanente de inimigos para se sustentar politicamente, pois “vive da produção constante do conflito e da fabricação de ameaças” (Lynch; Cassimiro, 2021, p. 225). Nesse sentido, a xenofobia não é um efeito colateral desse projeto político, mas um mecanismo estruturante, capaz de mobilizar afetos negativos e canalizar frustrações sociais para alvos específicos, desviando a atenção das contradições estruturais do capitalismo e das desigualdades sociais.

A análise de Flávio Casimiro (2020) aprofunda essa compreensão ao situar a xenofobia no interior das estratégias de hegemonia da burguesia. Para o autor, a ascensão das direitas e da extrema-direita não ocorre à margem do sistema, mas como resposta organizada às crises do capitalismo contemporâneo. Ao afirmar que a extrema-direita “não surge contra o sistema, mas como parte dele” (Casimiro, 2020, p. 154), o autor permite compreender a xenofobia como um recurso ideológico funcional à manutenção da ordem social desigual. Ao deslocar a responsabilidade da crise para imigrantes e estrangeiros, preservam-se os interesses do capital e neutralizam-se projetos de transformação social.

Além disso, a xenofobia se articula profundamente com o conservadorismo religioso e o reacionarismo cultural, como demonstram Georg Wink (2023) e Jorge Chaloub (2022). A defesa de uma ordem social hierárquica, baseada em valores cristãos e em uma identidade nacional homogênea, tende a tratar a diversidade cultural como ameaça à civilização. Em sua análise do



pensamento reacionário, Chaloub mostra que a rejeição ao presente e a idealização de um passado perdido alimentam discursos de exclusão, nos quais o “outro” aparece como símbolo da decadência moderna (Chaloub, 2022, p. 89). A xenofobia, nesse quadro, expressa o desejo de restauração de uma ordem social imaginada como pura e estável. Umberto Eco (2020) reforça ao afirmar que os processos migratórios contemporâneos não são simples escolhas individuais, mas movimentos históricos de larga escala, impossíveis de serem interrompidos por decisões políticas isoladas. Ainda assim, a xenofobia insiste em tratar a migração como invasão, ignorando seu caráter estrutural. Para Eco, a Europa — e, por extensão, o mundo — caminha inevitavelmente para a mestiçagem cultural, queiramos ou não (Eco, 2020, p. 12). A recusa dessa realidade alimenta políticas de exclusão, violência simbólica e desumanização do outro.

Dessa forma, a xenofobia deve ser compreendida como uma expressão concreta do reacionarismo contemporâneo, articulando medo, intolerância, conservadorismo moral e estratégias políticas autoritárias. Ela atua como instrumento de controle social, reforça hierarquias históricas e legitima a negação de direitos, especialmente aos grupos mais vulneráveis. Em contextos de crise democrática, a xenofobia não apenas ameaça a convivência intercultural, mas compromete os próprios fundamentos da democracia, ao negar o pluralismo, a igualdade e a dignidade humana como valores universais.

RESULTADOS PARCIAIS

A pesquisa, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico, leitura analítica e fichamento de obras e artigos científicos, permitiu identificar alguns elementos centrais para compreender a relação entre conservadorismo, neoconservadorismo, reacionarismo e xenofobia na contemporaneidade. Ainda que o estudo esteja em andamento, os resultados parciais já indicam tendências importantes na forma como essas correntes ideológicas se articulam e influenciam o debate público e as dinâmicas sociais.

Em primeiro lugar, observa-se que o pensamento conservador e neoconservador tem se fortalecido em contextos de crise econômica, política e institucional. Nesses cenários, discursos que defendem a preservação da ordem social, da tradição e da autoridade tendem a ganhar maior visibilidade, apresentando-se como respostas à sensação de insegurança e instabilidade social. Esse processo contribui para a ampliação de narrativas que relativizam ou rejeitam a ampliação de direitos sociais, especialmente aqueles relacionados a grupos historicamente marginalizados.

Outro resultado relevante refere-se à forma como o conservadorismo contemporâneo se



articula com o reacionarismo. Enquanto o conservadorismo clássico tende a defender mudanças graduais e a preservação das instituições existentes, o reacionarismo manifesta-se de maneira mais radical, interpretando o presente como um cenário de decadência moral, cultural e política. Essa interpretação favorece a idealização de um passado considerado mais estável e legítimo, bem como a defesa de respostas autoritárias para restaurar uma suposta ordem perdida.

A análise das produções teóricas também evidenciou que, nesse contexto, a construção de inimigos sociais torna-se um elemento recorrente. Discursos políticos e ideológicos frequentemente atribuem a determinados grupos sociais — como estrangeiros, imigrantes, populações empobrecidas e minorias culturais — a responsabilidade por problemas estruturais da sociedade. Esse processo contribui para deslocar o debate das causas estruturais das desigualdades sociais, reforçando interpretações simplificadoras e moralizantes da realidade social.

Nesse sentido, a xenofobia aparece como uma expressão concreta dessas dinâmicas ideológicas. Os resultados parciais indicam que a rejeição ao estrangeiro ou ao “outro” cultural é frequentemente mobilizada como estratégia política e simbólica, sobretudo em contextos de instabilidade social. Ao transformar a migração e a diversidade cultural em ameaças à identidade nacional ou à ordem social, discursos xenofóbicos contribuem para legitimar práticas de exclusão e para reforçar hierarquias sociais já existentes.

Além disso, a pesquisa aponta que a disseminação dessas ideias não ocorre de forma isolada, mas está relacionada à atuação de diferentes espaços de produção e circulação de ideias na sociedade, como meios de comunicação, redes sociais, instituições religiosas e organizações políticas. Esses espaços desempenham papel importante na difusão de valores como o individualismo, o moralismo e a naturalização das desigualdades, contribuindo para fortalecer interpretações que responsabilizam indivíduos ou grupos específicos pelos problemas sociais.

Por fim, os resultados parciais sugerem que o avanço dessas correntes ideológicas representa desafios importantes para a consolidação de valores democráticos e para a garantia de direitos sociais. Ao promover discursos que negam o pluralismo, reforçam a intolerância e legitimam processos de exclusão, o conservadorismo reacionário e o neoconservadorismo contemporâneo tendem a enfraquecer princípios fundamentais da convivência democrática, como a igualdade, a diversidade e o respeito aos direitos humanos.

Assim, ainda que o estudo esteja em desenvolvimento, os resultados obtidos até o momento indicam que a articulação entre conservadorismo, neoconservadorismo, reacionarismo e xenofobia constitui um fenômeno relevante para a compreensão das tensões políticas e sociais presentes na contemporaneidade, especialmente no que se refere às disputas em torno da democracia, dos direitos sociais e da inclusão de grupos historicamente marginalizados.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo da pesquisa permite compreender que o pensamento conservador e neoconservador exerce papel relevante na disseminação de discursos reacionários e xenofóbicos na contemporaneidade. Observa-se que tais perspectivas ideológicas contribuem para a legitimação de processos de exclusão social, para a naturalização das desigualdades e para a construção de inimigos sociais, frequentemente direcionados contra os mais pobres, estrangeiros e imigrantes.

Nesse sentido, o conservadorismo contemporâneo não se apresenta apenas como defesa de valores tradicionais, mas também como reação às transformações sociais decorrentes da ampliação de direitos, da diversidade cultural e das políticas voltadas à redução das desigualdades. A partir dessa lógica, determinados grupos passam a ser representados como ameaças à ordem social, à moral e à identidade nacional, o que favorece a disseminação de discursos de intolerância e exclusão.

Ao longo da pesquisa, também foi possível observar que a xenofobia se articula de forma significativa com as desigualdades sociais existentes. Em contextos de crise econômica, política e social, discursos que atribuem aos estrangeiros, imigrantes ou aos setores mais empobrecidos da população a responsabilidade por problemas estruturais tendem a ganhar maior visibilidade. Esse processo contribui para deslocar o debate público das causas estruturais das desigualdades, reforçando interpretações moralizantes e individualizantes da questão social.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à forma como discursos reacionários se alimentam da insatisfação social e da percepção de crise nas instituições democráticas. Nesses contextos, torna-se comum a construção de narrativas que idealizam um passado considerado mais estável e harmônico, ao mesmo tempo em que apresentam o presente como um cenário de decadência moral e social. Essa interpretação favorece a legitimação de respostas políticas excludentes e, em alguns casos, autoritárias.

Além disso, observa-se que a difusão dessas ideias não ocorre de maneira espontânea, mas está relacionada à atuação de diferentes espaços de produção e circulação de ideias na sociedade, os quais contribuem para fortalecer determinados valores, como o individualismo, o moralismo e a responsabilização individual pelos problemas sociais. Como consequência, a pobreza tende a ser compreendida não como resultado de desigualdades estruturais, mas como falha individual ou ameaça à ordem social.



Dessa forma, conclui-se que o pensamento conservador e neoconservador contribui para o fortalecimento do reacionarismo e da xenofobia ao difundir uma visão hierarquizada da sociedade, que tende a justificar processos de exclusão e desigualdade. Esse cenário representa desafios significativos para a consolidação de valores democráticos e para a garantia de direitos sociais.

Por fim, a reflexão desenvolvida nesta pesquisa também se mostra relevante para a formação acadêmica e profissional no campo do Serviço Social, uma vez que contribui para o aprofundamento da análise crítica da realidade social. Compreender os processos ideológicos que sustentam discursos de exclusão torna-se fundamental para fortalecer práticas profissionais comprometidas com a defesa dos direitos humanos, da justiça social e da ampliação da cidadania.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Renato Nunes. **A onda reacionária e sua chancela ideológica na crise democrática**. Revista doisPontos, v. 19, n. 2, jul. 2022.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa**: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CHALOUB, Jorge. **Uma obra entre o reacionarismo e o conservadorismo**: o pensamento de Olavo de Carvalho. Revista doisPontos, v. 19, n. 2, p. 78–96, jul. 2022.

ECO, Umberto. **Migração e intolerância**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

LYNCH, Christian Edward Cyril; **CASSIMIRO**, Paulo Henrique Paschoeto. **O populismo reacionário**: ascensão e legado do bolsonarismo. São Paulo: Contracorrente, 2022.

LYNCH, Christian Edward Cyril; **CASSIMIRO**, Paulo Henrique Paschoeto. **O populismo reacionário no poder**: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018–2021). Aisthesis, n. 70, 2021.

VELASCO E CRUZ, Sebastião; **KAYSEL**, André; **CODAS**, Gustavo (org.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

WINK, Georg. **Conservadorismo brasileiro e a nova direita**. [s.l.: s.n.], [s.d.].

